

A ESCRITA DA HISTÓRIA ANTIGA ESCOLAR NOS ANOS DE 1820-1830: O CASO DO *PRÉCIS DE L'HISTOIRE ANCIENNE* E A NARRATIVA ACERCA DOS GREGOS DE AUGUSTE POIRSON

Luís Ernesto Barnabé¹

Resumo

A História enquanto disciplina escolar tornou-se cada vez mais presente ao longo do processo de escolarização desencadeado pelos debates iluministas e a Revolução Francesa, ainda que com contornos muito distintos daquilo que nos é familiar atualmente e formata nossos livros didáticos. A coleção de *Précis de l'Histoire* se apresenta como um artefato especial para a análise desse processo: composta por cinco volumes e cuja publicação aparece completa em 1830, sendo prescrita desde então para os *collèges* parisienses como um curso de história, na acepção moderna do termo. O artigo objetiva analisar a construção narrativa, feita por Auguste Poirson, acerca dos gregos e sua origem presente nas segunda e terceira edições (1828; 1831) do *Précis de l'Histoire Ancienne* para demonstrar: a datada indefinição de fronteiras para a escrita de um compêndio destinado ao uso escolar; e também, nos termos da nascente historiografia profissionalizada, o debate entre inteligibilidades antigas e modernas. Ao mesmo tempo, propõe reflexões acerca da escrita da história Antiga escolar tendo como horizonte o escopo temporal entre o início e o fim do século XIX e o início do século XX.

Palavras-chave

História antiga Escolar; livro didático; gregos antigos; eurocentrismo.

¹ Professor Doutor – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, Brasil. E-mail: luis.ernesto@uenp.edu.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

Abstract

History as a school subject has made itself more and more present throughout the schooling process triggered by enlightened debates and The French Revolution, although with some distinct aspects from what is common to us and substantiates our textbooks nowadays. The *Précis de l'Histoire* collection manifests as a special piece for analysis: comprised of five volumes in which its publishing appears complete in the 1830s, being prescribed to the Parisian *collèges* as a History program, in its contemporary concept. The current work proposes to analyze Auguste Poirson's narrative composition concerning the Greek and its origin displayed in *Précis de l'Histoire Ancienne* second and third edition (1828; 1831) to illustrate: the dated unclearness of writing boundaries to an scholar compendium; and also, concerning proficient historiography, the argument between old and modern intelligibility. Simultaneously, it suggests thoughts on writing school ancient history having the time frame scope as a guideline amongst the beginning and the end of the 19th century and the start of the 20th century.

Keywords

School Ancient History; textbooks; Ancient Greek; eurocentrism.

Introdução

O interesse de pesquisadores brasileiros de História Antiga pela área do ensino da disciplina começou a aparecer no início dos anos 2000 (Silva; Gonçalves, 2001; Funari, 2003), e foi significativamente acentuado na década seguinte por conta da repercussão das versões da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), mas não exclusivamente por causa dela. Decorrente da inquietação de pesquisadores de alguma forma vinculados ao ensino básico, constituiu-se assim uma frente ampla que apresentava desde análise crítica a livros didáticos e currículos à formulação de propostas de abordagens e produção de materiais didáticos.

Contudo, ainda se carece de um panorama sistematizado que avalie a escrita da História Antiga em manuais escolares das primeiras décadas do século XIX até o presente. Tal empreita se justifica, pois entendemos que a escrita de qualquer tema histórico em um livro didático atual deve ser compreendida analogicamente a sobreposição de camadas estudadas pela estratigrafia, ou seja, camadas de historiografia que podem ora se acomodar, suprimir as anteriores ou ainda limitar as porvindouras. Em outras palavras, uma vez reconhecidos o caráter específico da disciplina escolar e a historicidade das práticas sociais da escrita desta modalidade de história, os mecanismos que operam distintas (conflitantes ou complementares) inteligibilidades acerca do passado tornam-se mais compreensíveis.

A formulação de tais premissas requer uma breve remissão ao debate acerca do campo da História das disciplinas escolares, especificamente da História e de uma parte dela, a História Antiga – parte essa cujo volume variou ao longo do tempo, sendo inclusive quase que predominante no início do século XIX em relação ao todo; logo, isso por si só justifica o estudo da escrita da História Antiga escolar para se aproximar da própria história do ensino de História como um todo.

André Chervel (1990) trata da historicidade das próprias disciplinas, por redefini-las como produções coletivas das instituições de ensino, e não mais como reflexo simplificado de conhecimentos vindos de outro lugar, além de considerar que a especificidade de uma disciplina não deve ater-se apenas aos seus conteúdos, mas também levar em consideração suas finalidades e propósitos. Em sua análise, a própria noção de disciplina escolar é entendida como objeto fruto de processo histórico de longa duração que se consolida às vésperas da I Guerra Mundial (Chervel, 1990: 178); no caso específico da disciplina História, o ponto final do processo verifica-se pelo descolamento por completo da disciplina das humanidades, quando esta, definitivamente derrotada, iniciava um

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

processo de extinção nos programas escolares franceses em 1906² (Chervel; Compère, 1999: 163-164).

Annie Bruter (2005), ao abordar especificamente a disciplina de História na França, aprimora o debate ao realçar a necessidade de considerar não apenas o momento apareceu um ensino de História semelhante ao de hoje, mas questionar também em que consistiam a história e seu ensino antes desse momento. Afinal, datar o nascimento do ensino de História não se limita ao critério do aparecimento de horários e planos de estudo, pois requer uma investigação “mais abrangente, mais emocionante também, sobre o modo de elaboração de seus conteúdos e métodos de ensino, bem como sobre as necessidades sociais às quais eles respondem” (Bruter, 1997: 9). Para a autora, considerar a longa duração e sua complexidade prescinde, portanto, da inclusão da análise dos materiais e das práticas escolares verificáveis no Antigo Regime, uma vez que inegavelmente a História está presente no ensino, mesmo que não se trate da concepção administrativa de disciplina escolar como entidade regida por disposições regulamentares às quais estamos familiarizados e que adquiriu na França seus primeiros contornos na década de 1810 (Bruter, 2006: 9). Somente na virada do século XIX será possível identificar a emancipação da História, como disciplina plenamente autônoma, ensinada por professores especializados, e com alcance a praticamente todas as crianças francesas (Bruter, 2010: 16).

Os autores se basearem em documentação e realidade francesa, mas ainda assim, tal referencial torna-se válido na medida em que o estado atual dos livros didáticos brasileiros está no horizonte, pois é inegável a influência francesa no ensino da História no Brasil desde o século XIX. O próprio *Précis de l'Histoire Ancienne* (doravante PHA) fora adotado no Imperial Colégio de Pedro II em 1838 e traduzido por Justiniano José da Rocha.

O sumário de duas obras brasileiras do último Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) nos revela como atualmente se organiza a narrativa dos gregos – aquilo que o leitor já reconhece da memória enquanto estudante: “Capítulo 7: Grécia: o berço da democracia. As origens da Grécia. Chegam os dórios. O nascimento da pólis. Duas potências gregas. O Império Greco-Macedônio” (Seriacopi, Seriacopi, 2018: xl);

Capítulo 8: O Mundo Grego e a Democracia. Grécia antiga: localização. Grécia Primeiros tempos. Do oikos à cidade-Estado. A cidade-Estado. O que levou os

² Cf. Chervel e Compère (1999: 163): “a partir dos anos de 1820 o conceito de universitário vem coincidir com o conceito de ensino secundário, o que significa a contestação das humanidades clássicas, enquanto uma parte dos estabelecimentos religiosos freiam a todo custo uma evolução que parece indiscutível”.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

gregos a se expandirem? Atenas. A democracia ateniense. O século de Péricles. Escravos, mulheres e estrangeiros. Esparta. Política em Esparta. Sociedade Espartana. Os deuses e os heróis gregos; uma religião cívica; Os Jogos Olímpicos (Boulos, 2018: 5).

A consistente análise de Regina Bustamante (2017) da abordagem da “Grécia Clássica” em sete coleções de livros didáticos brasileiros do PNLD 2011 nos convida para um exercício de interlocução. Ela aponta para a existência de uma perspectiva atenocêntrica compartilhada culturalmente, e identifica a naturalização tanto da tradição de escrita da história grega que faz uma ligação direta entre antigos, como Heródoto e Tucídides, passando por historiadores romanos, e modernos, de Hume e Gibbon a Niebuhr, Guizot, Ranke, Bancroft e Motley; como da utilidade atenocêntrica aos propósitos nacionalistas caros ao século XIX. Estes autores em específico foram mencionados por Bustamante em alusão comparativa com o mosaico de 1896, *História*, de Frederick Dielman (1847-1935), presente na biblioteca do Congresso dos EUA, indicando o enraizamento da base narrativa atenocêntrica no Ocidente. Tal como afirma Guarinello (2013), a História Antiga passa a compor uma memória social em decorrência de um projeto de nação promovido pela elite brasileira no século XIX que apenas se legitima quando filiado ao modelo de civilização ocidental; processo esse replicado para o continente americano como um todo.

A noção de base atenocêntrica compartilhada nos interessa pois reforça a premissa da permanência de camadas antigas de historiografia nos livros didáticos mais recentes, mas ao mesmo tempo demanda o interesse por uma análise minuciosa do século XIX, de modo que sejam percebidos cortes, tensões ou até continuidades. Para tratarmos dos livros didáticos atualmente, é preciso considerar a constituição do campo historiográfico, mas sobretudo, a consolidação da disciplina escolar nos termos de Chervel e Bruter, o que implica para ambos os casos não tomar o século XIX como um período monolítico.

Cabe ainda, incluir as contribuições de Alain Choppin (2009) que, ao tratar da progressiva redução da profusão léxica que refletia a complexidade do estatuto do livro escolar na sociedade, afirma que, ao longo do processo de construção na Europa de sistemas educativos, a uniformização dos conteúdos e métodos provocou uma autonomização da edição escolar (Choppin, 2009: 25). Isso acarretou em padronizações, e ao mesmo tempo fabricou livros campeões de venda, graças sobretudo a vinculações com o Estado ou com a História acadêmica, anunciadas estrategicamente nos frontispícios das obras. O caso de Ernest Lavisse é o maior expoente (Bruter, 2010: 16).

Em se tratando da escrita da História Antiga escolar, os compêndios das últimas duas décadas do século XIX trazem um marco expressivo. Há um rompimento com a narrativa da História Sagrada em alguns compêndios, e a abordagem que inclui a Pré-História, cara a um discurso de modernidade, ganha espaço. Obviamente, não foi um avanço homogêneo sobre todas as publicações da época, capaz de extinguir as narrativas de História Sagrada. Um bom exemplo é Charles Seignobos. Apesar de não ser especialista na área de História Antiga, sua História da Civilização, publicada em meados dos anos de 1880, influenciou professores e autores pela fama ou correlação que se fazia do autor com ideais republicanos, como foi o caso do Brasil (Bittencourt, 2018: 136). O compêndio para uso escolar, traduzido e editado por aqui pela Francisco Alves, apresenta estrutura organizacional dos capítulos, muito próxima àquela dos livros didáticos brasileiros atuais, inclusive no que se refere ao atenocentrismo, realçando o antagonismo espartano de Tucídides: “Os Gregos; O povo grego. A religião grega. Esparta. Atenas. As artes na Grécia. Conquista da Ásia pelos gregos” (Seignobos, 1914: 319).

Como será demonstrado na sequência, a escrita da História da Grécia por Auguste Poirson, empreendida durante as décadas de 1820 e 1830, apresenta semelhanças, mas evoca outros aspectos que indicam ao mesmo tempo: as tensões específicas do debate historiográfico daquele momento, e a não linearidade no processo de sedimentação e padronização de conteúdos da história escolar. Por isso, a consolidação do padrão narrativo dos gregos tal como conhecemos hoje deve ser entendida como posterior, muito mais provavelmente a partir das edições publicadas ao final do século XIX. Cabe então propor balizas que fomentem a constituição de uma periodização para história da escrita História (Antiga) escolar. Com efeito, a proposta do artigo consiste em realizar um recuo para os inícios do século XIX, mais precisamente alcançando o *PHA*, de Charles Cayx (1793-1858) e Auguste Poirson (1793-1871), publicado em 1827, com segunda edição em 1828 e terceira em 1831.

Enfim, o presente estudo se propõe a oferecer uma pequena contribuição ao debate analisando um artefato situado entre os anos de 1820 e 1830. Destarte, o *PHA* está posicionado em convergência cronológica com as periodizações temáticas propostas por Kostas Vlassopoulos (2007) na análise sobre a predominância do conceito de pólis no estudo da história grega: o período que antecede a Revolução Francesa, e desta até 1860; e por Martin Bernal (1993) acerca da transição ocorrida entre finais do século XVIII e início do XIX entre os *Modelos Antigo* e *Ariano*: 1790-1830, período denominado Helenomania I.

De modo mais particular, o enfoque da análise proposta recairá sobre a presença dos gregos na composição da narrativa: acerca da escrita dos inícios da sua história, presente nos capítulos e na introdução do *PHA*; mas também acerca do papel que os gregos desempenham na configuração da estrutura do *précis*, ou seja, as análises do sumário e da introdução permitem compreender o que autores do século XIX esperavam dos gregos em termos de inteligibilidade do passado.

O processo de constituição dos *PHA*: comparativo entre a 2ª e a 3ª edição

Longe de qualquer movimento aleatório, nossa escolha se justifica na medida em que foi a primeira tentativa na França de se consolidar a História enquanto disciplina escolar por meio de ações gestadas a partir do Estado, ou mais precisamente no interior dele, por meio da *Commission Royale de l'Instruction* a partir de 1815. É importante frisar que os ritmos pelos quais uma disciplina escolar se constitui não são determinados necessariamente pelos aspectos políticos de um regime de Estado. Mais que uma política de um governo em específico, o que se percebe é a iniciativa de um grupo de intelectuais com forte influência de Guizot (ambos autores do *PHA* foram seus ex-alunos) que conseguiu se manter no espaço institucional, mesmo em momentos de retrocessos impostos pelo governo ultra, temerário dos ecos da Revolução Francesa. Medidas como a aprovação de programa restrito majoritariamente à história bíblica e à antiguidade e com recomendação aos professores para se ater aos fatos e evitar qualquer discussão política foram algumas dessas ações (Delacroix; Dosse; Garcia, 2012; Bruter, 2005). Além de integrarem a referida comissão, os autores também foram os primeiros professores nomeados para as primeiras cadeiras de História e Geografia dos colégios parisienses a partir de 1818.

Os trabalhos destes indivíduos resultaram na prescrição de um programa oficial para o nível secundário, influenciado marcadamente pelas tabelas cronológicas e sincrônicas desenvolvidas na Universidade Göttingen desde o século XVIII; e alguns anos depois, em uma coleção de compêndios escolares. O *PHA*, em conjunto com os demais volumes produziam uma meta narrativa que partindo do Éden, alcançava o ano da Revolução Francesa: *Précis de l'Histoire de la république romaine*, de Charles Du Rozoir; *l'Histoire des Empereurs Romains et de l'Eglise pendant les quatre premiers siècles*, de Edouard Dumont; *Précis de l'Histoire du moyen âge*, de Chrysanthé-Ovide Des Michels; e finalmente, *Précis de l'Histoire moderne*,

de Jules Michelet³. Como foi mencionado anteriormente, a predominância quantitativa da Antiguidade no curso de História proposto é explícita: três dos cinco volumes, e tais critérios remetem à continuidade de uma concepção de ensino do passado que remonta ao Antigo Regime. Não menos importante, deve-se ressaltar que independente do período histórico, a maneira pela qual se pretendia abordá-lo passava a evocar pressupostos científicos da nascente historiografia profissionalizada, a qual buscava separar a história das belas-letras.

Entre as duas edições do *PHA*, 2ª em 1828 e 3ª em 1831, ocorreram significativas reorganizações formais (Barnabé, 2019). Essencialmente, em termos estruturais de organização, o compêndio conciliava a tradição eusebiana da escrita de uma história universal com a perspectiva do iluminismo alemão, da valorização dos desenvolvimentos econômicos e técnicos. A primeira se remete ao que Pierre Vidal-Naquet (2002: 151) denomina de “eixo da *Preparação Evangélica*: Diodoro, Eusébio, Dante e Bossuet”, isto é, as formulações historiográficas de Eusébio de Cesareia (265-339) para uma História Universal capazes de fundir as narrativas judaico-cristãs e greco-romana, e que atravessam os séculos subsequentes. Com efeito, os capítulos do *PHA* nas duas primeiras edições estavam reunidos em épocas, seis no caso – explícita alusão terminológica a Bossuet.

Já a segunda, imitava a sequência narrativa de Arnold Hermann Ludwig Heeren (1760-1842), futuro professor de Göttingen entre 1820 e 1840, e autor de importantes trabalhos desde a última década do século XVIII. A perspectiva de História Mundial⁴ de Heeren (1827), ignora a polêmica da gênese da história humana. A narrativa, que tem como mote principal a sucessão dos impérios, inicia com as monarquias Assíria e Babilônia. Os gregos são objeto de nove dos trinta e dois capítulos: 11. História dos Estados da Grécia, 12. Períodos antes de Tróia, 13. Da Guerra de Tróia até a guerra contra Persas; 14. Estados helênicos do interior da Grécia; 15. Estados Helênicos do interior da Grécia: Esparta e Atenas, 16. Pequenos estados do Peloponeso: Arcádia, Argos, Corinto, etc., 17. Grécia do meio: Megara, Boécia, Focida, Lócrida, Etólia, etc., 18. Grécia do Norte: Tessália

³ Provavelmente a fama da coleção, e não um ou outro volume individualmente, chamou a atenção das autoridades brasileiras interessadas em adotar manuais escolares para o Imperial Colégio de Pedro II em 1837, dentro de uma perspectiva de trazer o que havia de mais moderno na Europa. Importada em sua totalidade, e posteriormente traduzidos os dois primeiros volumes por Justiniano José da Rocha, isso poderia ser também uma boa justificativa para a análise da obra. Tal discussão pode ser melhor acompanhada em Barnabé (2019a).

⁴ Para melhor compreensão da conceitualização da História Mundial [*Weltgeschichte*] como ciência-mestra ante a antiga História Universal [*Universalhistorie*] ver Koselleck (2006); Fillafer (2017).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

e Épiro, 19. Ilhas Gregas: Corcyra, Aegina, Eubéia, Ciclades, Creta, Chipre, 20. Colônias gregas: Ásia menor; Mar do norte; Trácia e Macedônia; Itália. Em seguida, avança até persas, macedônicos e romanos. Era prática recorrente dos historiadores modernos até o século XVIII acompanhar o relato das fontes antigas, ou em tentar escrever acerca de períodos desamparados ou em produzir compilações reunindo todas narrativas possíveis em um único relato (Vlassopoulos, 2007: 17). Não há, nesse sentido, conflito em termos de escrita entre as duas tradições, mas ao contrário, a amplitude espacial e temporal das cidades gregas (graças sobretudo às fontes gregas lidas em *continuum* desde o Renascimento) garantia legitimidade histórica para o relato dos impérios como também da constituição de sistemas, como afirma Heeren:

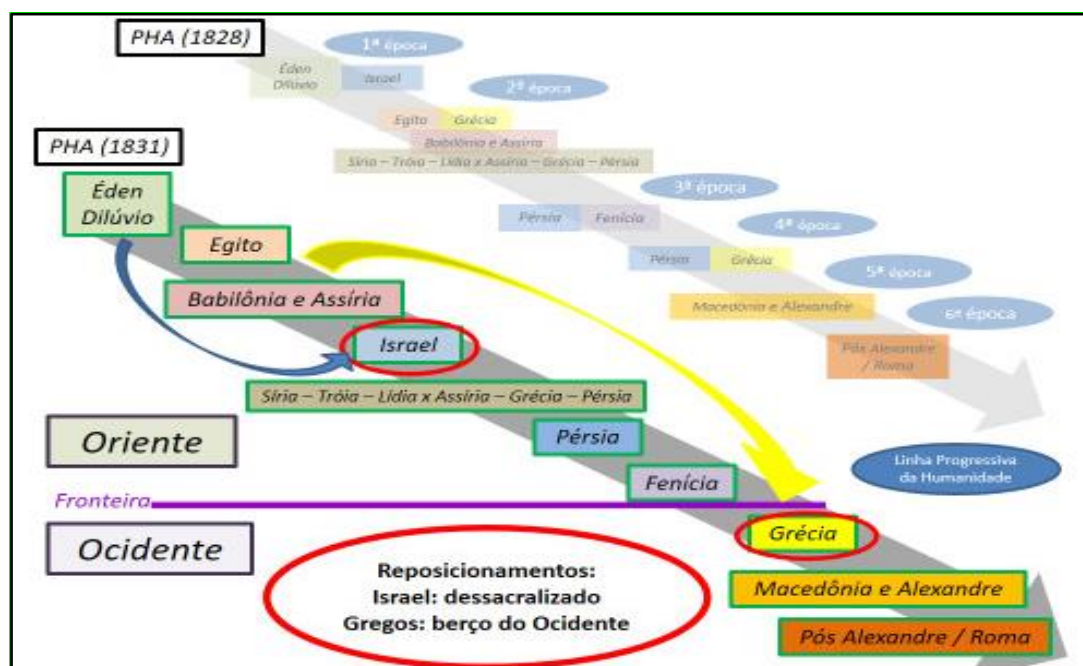
(...) a formação dos Estados, as mudanças em relação às suas constituições, e a direção que isso imprime ao comércio do mundo, com a contribuição de cada nação por meio do estabelecimento de suas colônias (Heeren, Prefácio da 1ª edição alemã, 1799, apud 1827: viii).

A acomodação no *PHA* dessas duas inteligibilidades, em termos de forma, produz uma obra com a seguinte disposição na 2ª edição: a primeira época relata o éden, a segunda a trajetória do povo hebreu até a dominação persa, que a propósito, serve como pivô para a narrativa dos demais: egípcios, gregos desde o “estado selvagem”, babilônios e assírios, sírios, troianos e lídios. Se a terceira época apresenta os persas, a quarta narra toda conjuntura da expansão desse império pelo espaço grego até a morte de Alexandre, na quinta época, e cabe à sexta detalhar cada um dos reinos dos sucessores de Alexandre e, vislumbrar um novo pivô cronológico nos romanos (Cayx; Poirson, 1828). Nada diferente da narrativa de Heeren (1827) quando se comparam os sumários.

Já na 3ª edição (Cayx; Poirson, 1831), o conceito de épocas é abandonado, o que não significa em uma reorganização brusca na ordenação e na escrita dos capítulos, e tampouco em abandono dos pressupostos e argumentos da história sagrada, como se verifica na reescrita do primeiro capítulo, que mantém o relato bíblico e acrescenta uma discussão de cunho teológico inspirada em texto de Frayssinous, Bispo de Hermópolis, Ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Instrução pública de 1822 a 1828 (cf. Barnabé, 2019: 89-95). Há contudo, significativa alteração no posicionamento de gregos e hebreus na narrativa.

A perda da primazia sofrida pelos hebreus – agora realocados para depois de Egito e Mesopotâmia (que resultará em obras décadas depois na acomodação com fenícios e persas em capítulo único) – indica mais uma etapa de crise na inteligibilidade da História Sagrada, já em cheque desde

o século XVIII, ou antes (Fillafer, 2017). A narrativa dos capítulos que tratam dos hebreus (6 e 7; mas também os relativos a assírios e babilônios) se pautam pelo relato bíblico, e não poderia ser de outra forma naquela momento, sem resultados consistentes de escavações arqueológicas e ampliação de arcabouço documental de décadas posteriores. Os questionamentos em nível de inteligibilidade contrastavam com “a imagem mítica do Antigo Oriente” (Liverani, 2016).



Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

Imagem 01: Comparativo entre a 2ª (1828) e a 3ª edição (1831) do PHA. Fonte: Do Autor (2021).

A tese de Martin Bernal propõe que, no período entre 1790 e 1830, o movimento ocorrido em prol do filelenismo redireciona a percepção da relação entre gregos e egípcios, de modo que, no decorrer dos anos de 1820, sustentações do *Modelo Antigo* ficam cada vez mais raras entre os especialistas “sérios” (Bernal, 1993: 264), a ponto de serem totalmente desqualificadas na década seguinte. Bernal qualifica quatro autores como figuras transição entre os dois modelos: Hegel e Marx, Heeren e Niebuhr. A forte influência de Heeren na estrutura e em diversas passagens do PHA traz indícios de como a obra reverbera as tensões daquele momento específico da construção grega ao longo do século XIX.

Concluir com base somente a partir das alterações no PHA realizadas no posicionamento dos capítulos que houve uma tomada de posição em favor da helenomania, e do corte radical entre Oriente e Ocidente, parece tentador, mas precipitado. Parece mais sensato analisar a concepção dos autores do PHA acerca dos gregos a partir de mais dois elementos da obra, além do reposicionamento grego na narrativa: o fato da introdução do compêndio não tratar da História Antiga de maneira abrangente, mas apenas dos gregos – *Introduction a l'histoire de la Grèce*; e também a reescrita parcial do conteúdo acerca dos gregos, como se verifica pela inserção dos capítulos 12 e 13 na 3ª edição.

Kostas Vlassopoulos (2007) aponta para a emergência, nesse momento, da História grega como campo independente moldado por diversos desenvolvimentos diferentes entre si, inserido no contexto complexo e difuso gestado entre os finais do século XVIII e início do XIX, quando os europeus começam a reformular as noções de sentido para as experiências com o tempo, o chamado *Sattel-zeit*, sob os impactos dos embates políticos provocados tanto pela Revolução Francesa e os movimentos reativos a ela, como pela revolução industrial, com crescente primazia tecnológica.

O simples fato de o texto introdutório de PHA tratar exclusivamente de questões referentes à civilização grega pode nos causar menos estranhamento quando observado o interesse de Humboldt em *Über das Studium des Altertums und Griechischen* (*Sobre o estudo da Antiguidade e do Grego em Particular*), rascunhado em 1793. Ambos refletem a tendência europeia em construir uma linha progressiva civilizacional, confundida com História Universal, desde a segunda metade do século XVIII, em que a Grécia adquire o *status* de infância da civilização europeia, e que

substituía o ponto de vista antigo de que os gregos eram crianças perto dos egípcios. Resignificado, o sentido pejorativo de imaturos dá lugar a um novo par binário entre velho e novo, e que, desse modo, relegava aos gregos à vitalidade da juventude ante a morosidade e até debilidade egípcia. Hegel, na primeira fase da sua vida, reconhecia que Pitágoras havia aprendido com os egípcios, tais como tantos outros empréstimos culturais, mas afirmava que os gregos haviam sabido transformar tais conhecimentos qualitativamente (Bernal, 1993: 275).

A noção de progresso em estágios é ponto pacífico em Auguste Poirson. Os gregos passaram pelos estados selvagem, nômade, sedentário e agrícola (quando conheciam e praticavam as artes), e até o testemunho de Tucídides servia como garantia dessa premissa (Poirson, 1831a: ii). É interessante como aqui há duas percepções de progresso acomodadas. Uma, de que a civilização grega passou por cada estágio até se desenvolver; e outra, que coloca os gregos, tais como os antecessores orientais, cada um como um estágio da humanidade na sua totalidade. Tomando como base excertos retirados do primeiro e do último parágrafo da *Introduction de La Histoire de La Grèce*, é possível dimensionar a problemática. No primeiro deles, Auguste Poirson reconhece que, em seu berço, os gregos receberam inúmeros empréstimos das artes, ciências, política, legislação e guerra; no segundo, conclui que o interesse pela Grécia não é indiferente à Europa, pois reconhece-a como mãe de sua civilização (Poirson, 1831a: i; xix).

No entanto, o modelo de sistemas utilizado por Heeren perde espaço, tornando-se uma tendência alternativa que no decorrer do século XIX cai em desuso. Não por acaso, ele é um autor pouco conhecido nos dias de hoje. A razão disso está na nova linguagem histórica, pautada pelos avanços da crítica documental filológica e do redirecionamento para o particular em detrimento do universal e as respectivas implicações nacionalistas (Vlassopoulos, 2007). Do surgimento dessa nova perspectiva, o caso de Karl Otfried Müller (1797-1840) e a eventual repercussão de suas ideias no PHA merecem atenção.

Auguste Poirson e o debate acerca da constituição da civilização grega

Integrante da primeira geração formada pelo sistema educacional de Humboldt, Müller destacou-se pelo domínio que possuía da filologia e da relação que estabelecia em suas pesquisas desse campo com estudos de arte e arqueologia. Se a *Altertumswissenschaft* era entendida por Humboldt como a pedra angular da *Bildung*, as obras de Müller *Geschichten hellenischen Stämme und Städte: Orchomenos und die Minyer* (Histórias sobre

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

tribos e cidades da Grécia, Orcómeno e os Minianos), publicada entre 1820 e 1824, e *Prolegomena zu einer wissenschaftlichen Mythologie* (*Prolegômenos sobre uma Mitologia Científica*), de 1825, alguns anos antes da publicação do PHA, converteram-se em pilares da *Alttertumswissenschaft* (Bernal, 1993: 287). Müller incorporou a maior parte das características do período formador da história grega entre a Revolução Francesa e os anos de 1860; e seu método buscou em um primeiro momento analisar as particularidades regionais das *Stämme* e *Städte* gregas para em seguida produzir uma história grega sintética, buscando identificar uma unidade orgânica e coerente, tarefa inconclusa devido ao seu falecimento (Vlassopoulos 2007).

O método de isolar o mito a ser estudado à sua respectiva localidade posicionava-se contra o sincretismo, na medida em que defendia princípios do particularismo romântico perante o universalismo iluminista. Assim, os mitos eram reduzidos à categoria de meras especificidades locais, e, no caso dos gregos, se havia conexão entre sacerdotes gregos e bárbaros que autores antigos haviam estabelecido era senão tardia, sendo possível rastreá-la a partir dos modelos culturais e mitológicos das raças conquistadoras. Tal argumentação forjava credibilidade por meio da artimanha de reivindicar prova “em uma área onde o melhor que se pode esperar é a concorrência de fatores da esfera do minimamente plausível” e, simultaneamente, “impor o ônus da prova não sobre os que contestavam o massivo testemunho antigo, mas sobre os que o aceitavam” (Bernal, 2005: 21).

Nessa transição de percepções acerca dos gregos, o reconhecimento da influência “estrangeira” na formação da civilização grega vai pouco a pouco sendo relativizado, e pressupostos que fundamentam o racismo e o romantismo – tal como raça e língua – tornam-se ferramentas com legitimidade científica. Tais fundamentos serviam para vincular a difusão do culto de Apolo às conquistas dórias. Do mesmo modo, afirmava que a vitalidade se movimentou através do eixo norte-sul e não o contrário (Bernal, 1993: 288).

Outra frente de combate de Müller se deu contra a indofilia de Friedrich Schlegel (1772-1829) e Georg Friedrich Creuzer (1771-1858). A consolidação da indofilia perspectiva um processo entre 1740 e 1880, sendo a década de 1830 o momento do estabelecimento de “uma ideia geral de que existia uma família linguística indo-europeia. Dado o ambiente racista da época, permitiu a rápida difusão e consolidação da noção de “raça ária” indo-europeia” (Bernal, 1993: 215). Nos anos de 1830, apesar dos esforços como os de Champollion, se inicia a decadência da egiptologia de tradição egípcio-maçônica e do espírito científico da Revolução Francesa, pois vem

à carga a reação da Igreja (preocupada com a questão da datação egípcia contradizer a cronologia bíblica vigente) e a ação do romantismo e do racismo, que buscavam descolar os gregos, seja por intermédio dos novos estudos acerca da linguística, da mitologia ou da raça (Bernal, 1993: 216). A filologia comparada indo-europeia de Willian Jones constatou em 1786 que havia afinidades entre o sânscrito e o grego e o latim (mas também o gótico e o celta), em raízes verbais e formas de gramática, o que indicava para uma ancestralidade comum. Outros estudos filológicos foram iniciados por Friedrich Schlegel, que, ao vincular língua e raça, foi um dos primeiros a defender a poligênese da linguagem, com respectiva implicação na ideia de poligênese humana. Havia, de tal modo, dois tipos de línguas, as nobres línguas flexivas e as menos perfeitas, e somente as primeiras, que tinham base no indo, poderiam proporcionar inteligência clara e penetrante, e um pensamento elevado e universal. Assim, Schlegel teve um “papel primordial na transformação da filologia de mera história das línguas em interpretação da linguagem como uma força a mais que contribui para a gestação [do progresso] da História” (Bernal, 1993: 221).

Constituíam-se então uma taxonomia racial sistematicamente instaurada, na qual as origens europeias decorriam do Cáucaso, um ponto comum de onde também saíram os brâmanes, circunstância que pretensiosamente concedia aos germânicos o *status* de representantes mais puros, por terem sido os últimos a abandonar a terra original – *Urheimat*, e, conseqüentemente, a maior antiguidade e pureza à língua germânica. Na Alemanha a recém-descoberta fora batizada de *Indogermanisch*, “indo-germânica”, termo criado em 1823 por H. J. Klaproth. Contudo, o termo indo-europeu, cunhado em 1816 por Thomas Young, prevaleceu, e foi adotado por Franz Bopp, que, em conjunto com Christian Rask, havia inventariado a relação fonética e morfológica entre as línguas europeias. Resta ainda pontuar que, entre linguistas franceses e ingleses, houve reação contra esse chauvinismo alemão que vinculava sua língua em ligação direta com o latim, o grego e o sânscrito, e que assim fortalecia argumentos que somente o alemão era adequado para se exercitar a filosofia e a religião (Bernal, 1993: 217-224).

No Prefácio da 1ª edição, Cayx e Poirson afirmam que um dos objetivos do *PHA* é “esclarecer as questões já tratadas pelo conhecimento que é devido aos trabalhos de três nações [França, Inglaterra e Alemanha]”. Esclarecer significa que há pontos ainda polêmicos. Auguste Poirson reafirma na introdução: “ao invés de uma opinião pronta, eu queria produzir a minha própria”, e expõe em seguida o procedimento adotado para a pesquisa e a escrita do *PHA*, que durou dez anos (ou seja, iniciado por volta de 1817): “para não limitar minha visão e influenciar meu julgamento por ideias

estrangeiras, estudei os historiadores antigos como se até então não tivessem fornecido assunto a qualquer trabalho”. Em seguida, debruçou-se sobre os sistemas desenvolvidos por “sábios” modernos (Poirson, 1831a: i). Além dos sistemas iluministas, evocados no *PHA* na figura de Heeren, Poirson demonstra conhecimento dos recentes avanços da pesquisa histórica para a formulação de hipóteses: “analogias de línguas, comparações entre religiões, governos e artes dos diversos países”, capazes de analisar uma variada gama de documentos: “textos formais dos historiadores, geógrafos, gramáticos e mitógrafos antigos” (Poirson, 1831: 110b). Ao fazer um balanço sobre os principais personagens relacionados com a origem dos gregos, Poirson aponta três conclusões e dá mostras dos autores com quem dialoga e quais interpretações históricas tende a concordar:

1. As tradições relativas a Ogiges, Cécrops, Eblessie e outros personagens dos primeiros tempos da Grécia estão divididas; alguns os tornam nativos, outros estrangeiros, e a importância dos testemunhos é equilibrada. 2. Parece-nos impossível recusar o estatuto de alienígenas a Dânao, Cadmo, Lelex de Megara, Pelops e seus descendentes. 3. Também parece impossível ignorar a influência oriental em algumas das instituições e artes da Grécia. Nós não refutamos, relembramos, de maneira sólida, as inúmeras passagens e raciocínios alegados por Freret, Barthelemy, Clavier, M. Raoul-Rochette. Giles, M. M. Creuzer e Thiersch (Cayx; Poirson, 1831a: ii) (Tradução nossa).

E na abertura do capítulo 12, cujo principal objetivo “é saber se a civilização grega é ou não indígena”, alega que alguns identificam a populações primitivas da Grécia oriundas “das alturas do Tibete”, recebendo o nome de pelasgos (como nas teorias aportadas por Lévesque e Herbert Marsh⁵, mas que, segundo Niebuhr, as “revoluções” subsequentes deixaram poucos vestígios dispersos⁶); enquanto outros rejeitam a ideia que toda a raça humana descende de um único par e por isso apresentam “formas corpóreas, essência e língua” autóctones, conforme Larcher e Raoul Rochette⁷ (Poirson, 1831b: 110). O debate circunda sobre a discussão entre a (recém-criada) premissa da pureza grega ou a influência sofrida por outras culturas, entre poligenia e monogenia, sendo crucial para a defesa de raças superiores (cf. Bethencourt, 2018).

Logo, tornava-se alinhado ao *Modelo Antigo* na chave explicativa de Bernal, que pressupunha constantes contatos culturais, ao mesmo tempo em que supunha, com base em induções linguísticas, que a origem grega era “indo-germanica, e que viera do norte” (Poirson, 1831b: 114). Para justificar os

⁵ Trata-se de Lévesque, *Étude de l'Histoire ancienne*; Herbert Marsh, *Horoe Pelasgica*.

⁶ Trata-se de Niebuhr, *Römische Geschichte* (1811-1832).

⁷ Trata-se de Larcher, *Essai de chronologie sur Hérodote*; Raoul Rochette, *Histoire critique de rétablissement des colonies grecques*.

empréstimos culturais feitos pelos gregos, Auguste Poirson recorre (ironicamente talvez) ao apelo nacionalista: evoca que nem Heródoto que vivera na época em que “o orgulho nacional dos gregos impunha aos historiadores a obrigação de proclamar a autoctonia de sua religião e civilização” após as vitórias contra os “asiáticos” devia inspirar desprezo pelos cultos e instituições do Oriente (Poirson, 1831b: 111-112).

Em seguida, Auguste Poirson, ao analisar os fatos ocorridos entre os séculos XVI e XII, momento em que os princípios do estado de civilização foram forjados, busca caracterizar esse período como pacífico e harmonioso (Poirson, 1831a: ii). Há elementos que sugerem o conceito do espírito do comércio iluminista. Os colonizadores helenos ou orientais estabeleceram-se negociando com a população local. O caráter belicoso, de conquista não é advogado: “Nenhum estrangeiro, nenhum nativo, fundou uma grande potência pelas armas, uniu suas numerosas tribos sob a mesma lei”, pois onde a força foi empregada, em um momento posterior, os conquistadores viram-se em um pequeno número diante de uma massa, temendo ser esmagados, sendo mais razoável fazer concessões desde o início. Nessa fusão pacífica de povos, também não havia traços que diferenciasssem a população nova da velha, nem sequer vestígios de escravidão em massa ou servidão do solo. A realeza não apresentava traços de “poder absoluto”, com restritas prerrogativas ao comando militar, sacerdócio supremo e judiciário, e o “rei não pode tomar qualquer determinação que interesse à comunidade sem a ajuda dos grandes e do povo”.

Consciente de “algumas objeções” feitas a tal interpretação, Auguste Poirson busca refutá-las. Uma delas dizia que a formação da civilização grega se deu à custa da restrição da liberdade, a despeito das formas de governo asiático implantadas: “a invasão de dórios, arneios e tessálios era necessária para trazer de volta à Grécia o espírito helênico, o espírito da liberdade, banido pelos orientais”. Refuta Poirson: o “espírito da liberdade”, posto em questão, já estava presente dois séculos antes da chegada dos invasores: entre os anos 1480 e por volta de 1370, os numerosos estabelecimentos fundados pelos helenos, eólios, jônios e aqueus no Peloponeso, na Grécia Central e na Tessália “desenvolveram os princípios, os hábitos, as leis helênicas, ofereceram à liberdade as mais fortes e extensas garantias”.

Poirson fundamenta mencionado argumento com vários exemplos, dos quais selecionamos três: a afirmação de Aristóteles de que a realeza grega não era absoluta como a dos bárbaros; na passagem de Plutarco em que Teseu mantém a divisão egípcia do povo em três classes distintas, o autor

antigo “satisfaz o elemento jônico e helênico que havia entrado na composição da nação, estabelecendo um governo popular” (Poirson, 1831a: iv); Pausânias que testemunha que desde os primeiros tempos os argivos eram apaixonados por igualdade e liberdade. Enfim, Auguste Poirson enfatiza que esses valores duraram até a chegada dos dórios, reafirmando como argumento fundamental que a liberdade e os direitos políticos para as massas não esperaram pela chegada desses povos (os dórios).

O período de estabilidade proporcionou o aumento da população, esgotando a terra e estimulando a multiplicação de cidades, o desenvolvimento da agricultura e da navegação e do comércio. Muralhas, templos, palácios e outros edifícios das arquiteturas ciclópica e helênica “igualam em solidez e ousadia as construções egípcias”, demonstram as ruínas visitadas por Pausânias ou por viajantes modernos como Wheler (*A Journey into Grece*). Além do desenvolvimento de conhecimentos como a astronomia, que seria aplicada a navegação, descritos na sessão *Arts industriels* na primeira parte do capítulo XIV (Poirson, 1831c: 191-193).

Isso tudo leva Auguste Poirson a continuar convencido (em um parágrafo que fora acrescentado na versão de 1831, para produzir ênfase) que “a Grécia possuía meios de combinar seus desígnios, unir suas forças, mais seguras e mais extensas do que na época da Guerra Médica, a Expedição de Alexandre e a guerra contra os romanos” (Poirson, 1831a: vi). Desde as eras heroicas, a Grécia havia percorrido toda trajetória necessária a um povo para chegar a uma civilização plena. O elemento delimitador entre gregos e bárbaros aparecia no argumento seguinte: “Se há algo mais ridículo do que comparar um dos reis dos cinquenta e um estados gregos com um rei de uma de nossas monarquias modernas, é igualar esses príncipes e seus súditos aos chefes e membros das hordas bárbaras” (Poirson, 1831a: viii).

O progresso da civilização grega durante as eras heroicas havia sido contestado com apoio nos relatos de Homero que definiam Aquiles e Ulisses como bárbaros rudes: o primeiro faz sua própria comida, e o segundo usa habilidades de carpintaria para fazer seu leito. Em sua refutação, Poirson conclama: sobre Aquiles, “qual dos nossos generais, em um país devastado [...] não passou pela mesma situação?” e imediatamente descreve o luxo do palácio de Menelau, testemunhado por Telêmaco; tal como as habilidades manuais de Ulisses, contrapostas às do arqueduke João da Áustria: tais informações são incapazes de provar nada contra, ou a favor, a respeito da civilização grega ou austríaca.

O ataque aos dórios, na forma como foram construídos por Müller, é desferido na sequência, ao comparar os dórios aos germanos descritos por Tácito: “homens que não sabem ler nem escrever, nem contam, e que se gloriam em sua ignorância”, não possuíam frota, construções, monumentos e tesouros como os gregos. Inimigos das cidades, arruinam cerca de setenta delas no espaço de trezentos anos. Comércio e marinha são destruídos, “a vida nobre consistia, às vezes, em consumir tempo na ociosidade, às vezes em usá-lo na guerra, na caça, nas refeições”. Em contraponto ao período anterior, restava aos nativos a servidão ao solo e a perda de direitos políticos. Designado de Idade Média, os seis séculos subsequentes narram as disputas pelo poder por meio de guerras civis, o fortalecimento de uma aristocracia que se diferenciava pelo uso de cavalos, a constituição de um regime legal, a ação de usurpadores.

Tudo isso para que, enfim, a marcha da civilização e da liberdade fosse retomada (Poirson, 1831a: x), liberdade que nada temia além de seus próprios excessos, afirma o autor algumas páginas depois; e “tudo estava pronto então para os séculos de Péricles e Alexandre, durante os quais a natureza humana alcançou todos os tipos, o seu pleno desenvolvimento, no ponto mais alto de grandeza e perfeição” (Poirson, 1831a: xii).

As reverberações da produção alemã vistas sob o horizonte da estruturação da História dos gregos no *PHA* delineiam o sentimento de pertença a uma civilização europeia compartilhada, mas, ao mesmo tempo, provocam a produção de uma variação interpretativa que reage ao uso dos pressupostos românticos que tentavam fazer dos alemães mais gregos que as outras nações europeias, por meio da valorização dos dórios.

A posição de Auguste Poirson perante as recentes interpretações alemãs acerca da origem grega tende a reconhecer a origem grega em ondas migratórias vindas do norte, sem no entanto refutar a contribuição oriental na formação grega, até porque tal assertiva implicava no abandono do reconhecimento da autoridade de um tradicional conjunto de fontes em detrimento de uma historiografia que apesar de mais rigorosa no trato com a documentação, enaltecia uma inteligibilidade rival ao projeto universal iluminista. Isso também pode ser indício da rivalidade entre franceses e alemães, continuamente alimentada ao longo do século XIX pós expansão Napoleônica. Nesse sentido, refutar a contribuição dória é refutar Müller. Vidal-Naquet (2002), ao tratar da mobilidade de Atenas e Esparta espectro político entre o século XVIII e XX, demonstra que, de mais próxima a Rousseau e Robespierre, pela virtude e pela igualdade, Esparta migrava lentamente para a direita e mesmo à extrema direita, ao mesmo tempo em que mito dório de Müller a fazia atravessar o Reno, o que resultava em um

contramito na França de forma que, de Duruy a Glotz, impunha-se na França o modelo de uma Atenas liberal. A precaução diante da influência, ou força, de ideias estrangeiras já indicava que escrever a História da civilização grega nos anos de 1820 não se resumia somente à escrita da História universal, ou do progresso humano, mas, sobretudo, que aspectos nacionais e suas implicações estavam postos.

Considerações Finais

Como foi demonstrado na primeira parte da análise, a construção narrativa da Grécia em compêndios escolares franceses das décadas iniciais do século XIX foi influenciada por um *corpus* documental tradicionalmente usado ao longo de vários séculos. Caracterizava o mundo grego de maneira ampla espacial, temporal e tematicamente. Concebia os gregos para além da Grécia continental, incluía os períodos pós declínio da chamada Atenas clássica, além de narrar outros eventos envolvendo muitas outras regiões com presença grega na conjuntura de dominação persa.

O *PHA* oferece um bom indício do começo do processo da construção de uma cisão entre Oriente e Ocidente, exemplificada em uma Grécia, apartada dos egípcios na sequência narrativa e na aceitação de uma origem “racialmente” alienígena ao integrado sistema mediterrâneo. A perspectiva iluminista de História Mundial, fortemente inspirada na tradição de professores de Göttingen como Johann Christoph Gatterer (1727-1799) e Heeren, que muito provavelmente esteve presente na formação dos autores do *PHA*, e no momento da redação do compêndio, já apresentava sinais de desgaste diante de outra inteligibilidade, aquela do historicismo.

Os contornos definitivos da “função” grega dessa nova inteligibilidade ocorreriam nas décadas seguintes, a despeito da submersão de outras inteligibilidades: a Grécia como berço ocidental, com início e fim, e capaz de transmitir o bastão da civilização recebido do oriente para os romanos (Vlassopoulos, 2007). Como destaca Fillafer (2017), os historicistas do século XIX dispensaram o *nexus rerum universalis*, o antigo esforço iluminista de promover a unidade da História por meio de elaboradas tabelas e gráficos multissetoriais que organizavam o tempo e o espaço do mundo. Entre as consequências há uma clara separação entre história europeia e extra europeia, a qual promove um reencantamento e re-exocitização dos últimos. Vale a pena mencionar a existência, desde os anos de 1830, do Estado moderno grego, fronteiro com o império turco-

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

otomano. Tudo isso implicou na reestruturação narrativa corrente, aquela observada pela pluralidade de capítulos relativos aos gregos e ao relacionamento com os persas presentes no *PHA*.

Consequentemente, os persas e seu império são atenuados no que tange à importância histórica. Não por acaso, a proporcionalidade de páginas verificadas através do sumário de uma importante obra do final do século XIX, a de Seignobos (1910). Em cento e dez páginas de História Antiga há um capítulo nomeado “Oriente”, com dezessete páginas, sendo três para persas, seguido do “capítulo 2. Os Gregos”, composto por vinte e sete páginas, e do “capítulo 3. A República Romana”, e “capítulo 4. O Império Romano”, totalizando sessenta e seis páginas. O novo padrão para a composição da narrativa grega e persa se cristaliza, permanecendo com pouquíssimas variações até os dias de hoje.

Logo, tanto a História Universal sagrada como a História Universal de Heeren estariam fadadas ao descrédito no decorrer do século XIX, no debate da História Acadêmica, como atestam Bernal (1993) e Vlassopoulos (2007) tratando especificamente dos gregos, mas também Fillafer (2017), Koselleck (2006) e Hartog (2014) em perspectivas mais amplas, ou ainda Foucault, por outro caminho analítico. Itamar Freitas (2006: 135-138) advoga que sem espaço na história acadêmica, o modelo de História Universal se mantinha vivo nas enciclopédias e compêndios escolares, inclusive citando obras adotadas de autores nacionais e estrangeiros adotadas no Brasil. Ainda no início do século XX se encontram compêndios com a perspectiva de História Universal de Bossuet, evocando o criacionismo e o povo hebreu como precursor da história da humanidade. De modo diverso, a perspectiva universal do iluminismo foi sobrepujada, pois incompatível ao eurocentrismo instaurado, na escrita da História Antiga escolar. Traço eurocêntrico resistente, a despeito da renovação geral da História Antiga (Morales; Silva, 2020), e *leitmotif*, na versão oficial da BNCC, que tem como procedimento básico a “identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente” (Brasil, 2017: 416).

Referências Bibliográficas

BARNABÉ, L. E. *A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: História, disciplina escolar e impressos (1820-1865)*. 2019. 222 f. Tese – UNESP, Assis, 2019.

BERNAL, Martin. A Imagem da Grécia Antiga como uma Ferramenta para o Colonialismo e para a Hegemonia Europeia. In: FUNARI, Pedro Paulo. *Repensando o Mundo Antigo*. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

BERNAL, Martin. *Atenea Negra: Las Raíces Afroasiáticas de la Civilización Clásica*. V. I: La invención de La Antigua Grecia, 1785-1985. Traducción castellana de Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica -Grupo Grijalbo-Mondadori, 1993.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estud. av.*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, Ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 28 Abr. 2021. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>.

BOULOS, Alfredo. *História – Sociedade e cidadania*. 6º ano. São Paulo: FTD, 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

BRUTER, Annie. *L'Histoire Enseignée au Grand Siècle – Naissance d'une pédagogie*. Paris: Benin, 1997.

BRUTER, Annie. Les créations successives de l'enseignement de l'histoire au cours du premier XIX^e siècle. In: CASPARD P., LUC J.N., SAVOIE, P. (dir.), *Lycées, lycéens, lycéennes, deux siècles d'histoire*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 2005. p. 177-197. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 28). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9250. Acesso em: 12 set. 2017.

BRUTER, Annie. L'enseignement de l'histoire nationale à école primaire avant a la III République. *Histoire de L'Education*. p. 11-32, avril, 2010. Disponível em: <http://histoire-education.revues.org/2147>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRUTER, Annie. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: A História Ensinada no século XVII. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 7-21, set. 2005.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

BUSTAMANTE, R. M. Para além do atenocentrismo: um desafio para a história ensinada. In: ROCHA, H., REZNIK, L., MAGALHÃES, M. (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2017, p.288.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1828.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170 jul./dez. 1999.

CHOPPIN, Alain. O Manual Escolar: Uma Falsa Evidência Histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 13 dez. 2015.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes Históricas na França: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Ed. FVG: 2012.

FILLAFER, Franz Leander. A world connecting? From the unity of History to Global History. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hith.12000>. Acesso em: 18 mar. 2017.

FREITAS, Itamar. A História Universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides (1890/1903). In: FREITAS, Itamar. *Histórias do Ensino de História no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 127-182.

FUNARI, Pedro Paulo. A Renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo : Editora Contexto, 2003. p.95-108.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEEREN, Arnold Hermann Ludwig. *Manuel de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Chez Firmin Didot - Père et Fils, 1827.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contra ponto, 2006.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, sociedade, economia*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências Artigos. *Revista Brasileira de História*, vol. 40, n. 83, p. 125-150, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>

POIRSON, Auguste. Histoire des Grecs depuis les temps les plus anciens, jusqu'à la guerre médique. – La Grèce dans l'état sauvage et dans les temps de première civilisation. In : CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831a. p. i – xix.

POIRSON, Auguste. Introduction de La Histoire de La Grèce. In : CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831b. p. 110-152.

POIRSON, Auguste. État social et politique de la Grèce vers le temps de la guerre de Troie. In : CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831c. p. 180-231.

SEIGNOBOS, C. *Compendio de História da Civilização*. Trad. de D.A. Cohen. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. *Inspire história*. 6º ano: ensino fundamental. 1.ed. São Paulo: FTD, 2018.

SILVA, Gilvan Ventura; GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Algumas reflexões sobre os conteúdos de História Antiga nos livros didáticos brasileiros. *História & Ensino*. Londrina, v. 7, 2001. p.123-142. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12313> . Acesso em: 30 jun. 2014.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 - 2021.1. p. 128-151.
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13776

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Gregos, os Historiadores e a Democracia: O grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.